



O RETRATO DE UMA POLÍTICA LGBT NO BRASIL ATUAL ¹

Douglas Oliveira Ramos ²

Sérgio Luiz Baptista da Silva ³

INTRODUÇÃO

Regina Facchini e Horácio Sivori apontam (2017) que durante as últimas décadas o Brasil e os demais países latino-americanos, vivenciaram relevantes mudanças sociais em relação a gênero e sexualidade, movimentando, parte notável da arena política. Os autores reiteram que a propagação do reconhecimento de sujeito de direitos de determinados grupos sociais versus sua refutação por parte de uma parcela conservadora da sociedade revela um complexo campo de luta. Os autores reiteram que parcelas de diferentes setores cristãos, somadas a uma fração da bancada política conservadora, criaram no legislativo, uma forte confluência contrária as proposições de direitos essenciais referentes a gênero e sexualidade.

A proposição desse estudo tem o objetivo de investigar os desdobramentos enfrentados no Centro de Cidadania LGBT da Capital do RJ – Uma das frentes de atuação do Programa Estadual Rio Sem Homofobia –, na atual conjuntura política hegemônica. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de caráter qualitativo, tendo como hipótese norteadora que o neoliberalismo aliado a nova onda conservadora presente na sociedade brasileira se manifestará através da LGBTfobia institucional precarizando serviços e impondo limites no reconhecimento e exercício pleno de cidadania da população LGBT ⁴.

De acordo com os dados inicialmente alcançados até então, o Centro de Cidadania LGBT da Capital vive um momento decrescente de atendimentos a partir de 2014. Somente

¹ Este estudo é resultante de parte do projeto de pesquisa em andamento no Programa de Pós Graduação de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ financiada pelo CNPQ.

² Mestrando do Curso de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, doug.ramoss@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado 1 do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos e da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Líder do LADECORGEN / UFRJ (Laboratório de Pesquisa em Movimentos Sociais, Desigualdades e Diversidade de Corpo, Raça e Gênero) e do GE-SER / UFRJ (Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidades e Raça em Educação. E-mail: serggioluiz@uol.com.br.

⁴ O termo utilizado aqui é o de acordo com o estabelecido na última Conferência Nacional LGBT.



entre os anos de 2011 e 2012 o serviço realizou mais de oito mil atendimentos a seus usuários e usuárias, em 2017 foram apenas 413 atendimentos.

Os Centros de Cidadania LGBT's, como dimensão legal do Estado são permeados por diferentes interesses. Diante do exposto até aqui, este estudo tem a preocupação de realizar levantamentos que possam explicitar os limites e alcances impostos no Centro de Cidadania LGBT da Capital, dentro deste contexto de negação das pautas reivindicatórias de gênero e sexualidade com crescente contraposição à promoção de cidadania LGBT e de precarização de políticas públicas onde o respeito à diversidade sexual, de gênero ainda são bastante violados.

METODOLOGIA

A presente pesquisa percorrerá o caminho da movimentação política no reconhecimento dos direitos humanos da população LGBT, em especial, na materialização pioneira do Programa Rio Sem Homofobia na ampliação do exercício de cidadania da sua população usuária.

Aportarei tal pesquisa no estudo bibliográfico de núcleos temáticos que envolvam diversidade sexual e de gênero e a busca pelo reconhecimento de direitos humanos, imbricados na atual conjuntura das políticas públicas.

Está será uma pesquisa básica, pois, as pesquisas básicas possuem como finalidade principal fundamentar o avanço do conhecimento, a contraposição ou a sustentação de teorias, explicação e interpretação de fatos sociais. E está pesquisa busca aprofundar-se nos estudos sobre a livre orientação sexual e diversidade sexual no reconhecimento e acesso a direitos.

Esse estudo é de caráter qualitativo. Inicialmente, a partir dos relatórios de atendimentos do Centro de Cidadania LGBT da Capital, farei um apanhado geral dos atendimentos anualmente realizados e com o apoio em documentos oficiais identificar os alcances e limites dos serviços ofertados.

No que tange ao uso do tempo está será uma pesquisa transversal que busca estudar os fenômenos em um momento particular utilizando-se de informações históricas e dados secundários de outros momentos para compreendermos o processo. E essa pesquisa será realizada no momento atual, ou seja, em um ponto no tempo. Utilizando-se das construções históricas de gênero e de sexualidade para compreendermos a racionalidade contemporânea na promoção de direitos da população LGBT.



DESENVOLVIMENTO

Em seus estudos dedicados em problematizar a sexualidade no perpassar dos séculos, Foucault (1988) sublinha que a mesma é um “dispositivo histórico”, uma construção social regulada por intermédio de instituições sociais, regendo discursos sobre a verdade e consequentemente condutas repressoras e normalizadoras nas relações sociais.

A sexualidade compreende vontade, afeição, auto compreensão e até a ideia que o outro possui sobre nós. Ela é vista por parte de cada um dos sujeitos como algo particular, por vezes secreta. Um dispositivo no qual a sociedade buscou normalizar as pessoas (Miskolci 2012, p.45).

Entre o cessar do século XX e suas décadas precedentes, os indivíduos que portavam em seus gestos e comportamentos a transgressão dos padrões de masculinidade e feminilidade determinados em sociedade, foram representados a partir de uma perspectiva medicinal, como seres perversos passíveis de tratamentos, tornando-se mira de normas disciplinadoras. Nessa perspectiva, segundo Green (2000), a polícia e medicina, protagonizam um exercício de cooperação através de perseguições pelas ruas e internações psiquiátricas dos considerados desviantes a norma heterossexual.

Louro (2000) aponta, que predominantemente, a sexualidade é determinada através de um processo natural, imanente ao ser humano, e que essa compreensão se consiste no corpo aportado na hipótese de que todos vivenciem seus corpos de maneira universal. Nesse contexto, há um ideal de masculinidade e feminilidade dominante na construção social, modelos de comportamento sexual e social regulatórios, naturalizados de acordo com nossa anatomia ao nascer. Porém, a sexualidade é vista pela autora como algo que caracteriza processos essencialmente culturais e plurais.

A distinção entre o sexo biológico e a construção social do gênero que dá através dele, surge segundo Nogueira (2017), na segunda onda do movimento feminista, a autora afirma que o gênero reside nas interações sociais envolvendo discursivamente a concepção de masculinidade e feminilidade como polos distintos e naturais desses extremos.

O regime de uniformização dessas identidades de gênero é pautada na heteronormatividade que é compreendida como uma ordem social hegemonicamente construída e dada de forma natural. É a compreensão de que todos os indivíduos são heterossexuais possuindo um comportamento moral e social padrão. Mesmo aqueles



desviantes que não se enquadrem nesse padrão e não são socialmente aceitos devem se empenhar para que organizem suas vidas dentro dessa lógica normativa.

Neste sentido, Louro (2009) explicita que a atual norma estabelecida é reportada “ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa ser mais nomeada. Serão os outros sujeitos sociais que se tornarão marcados, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência”. Segundo a autora esta lógica sexual natural, imutável, binária irão impor limites a concepção de gênero e sexualidade (p 92).

A compreensão da premissa acima, revela quais serão os sujeitos que facilmente possuirão acesso a direitos por estarem enquadrados dentro da norma social esperada. Nesta direção, o imbricamento entre sexo, gênero e sexualidade darão suporte a heteronormatividade que pressupõe a vivência heterossexual de forma compulsória, onde as instituições sociais serão pensadas a partir desses sujeitos“.

Nesta direção, a atual Constituição Federal brasileira fundamentada na cidadania e na dignidade da pessoa humana, permitiu avanços na efetivação de legislações sobre os direitos humanos. O movimento social LGBT através de muitas lutas consolidou avanços no reconhecimento de cidadania com base na dignidade humana. Exemplificando, foi lançado em 2004 o Programa Brasil Sem Homofobia, um marco histórico no afimco pelo direito a dignidade e a favor do respeito a diferença, o programa visava a luta contra a violência e discriminação da população LGBT permitindo a possibilidade de abertura para a materialização de novas políticas públicas, como o programa fluminense, Rio Sem Homofobia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Comumente, os programas sociais, através dos benefícios e serviços oferecidos à população são vistos como favores prestados e não como direitos garantidos por lei, financiado pelo orçamento público. Nesse contexto, há ações que são propagadas em certas conjunturas políticas para atender, apenas, a objetivos eleitoreiros.

A partir da crise política ainda em desdobramento, impulsionada no Brasil com as manifestações em junho de 2013, cresce novamente no país uma onda conservadora que põe em risco, entre outros, as conquistas de direitos sociais voltados para a população LGBT. Parte das bandeiras dessa mobilização conservadora se opõe aos direitos da promoção de

cidadania LGBT e do movimento feminista por acreditaram ser uma pauta de ameaça a família, de contestação aos papéis de gênero e negação da normalidade heterossexual.

De acordo com os dados levantados até então é a partir do primeiro ano após as manifestações de junho de 2013 que os números de atendimentos no Centro de Cidadania LGBT da Capital começam a cair.

De acordo com Arrazola (2013), é nos momentos de crise no ideário neoliberalista, que o Estado sofrerá com a redução de sua intervenção social, privatização dos bens públicos, e principalmente a redução dos gastos sociais.

Ademais, Almeida e Alencar (2011) retratam que, em conformidade com o ideário neoliberal, estão sendo postas em prática novas formas de gerir as políticas públicas, denominadas de modelos de gestão empresarial, imbuídas de valores do campo gerencial. Estas formas de gestão irão incorporar uma rotatividade de profissionais atuando na prestação de serviços sociais dificultando, assim, o planejamento, a execução, a avaliação, a sistematização e a (re)elaboração dos projetos nos serviços. As ofertas de serviços sociais passam pela existência de programas de governos e a continuidade desses programas, depende das dinâmicas políticas e eleitorais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura conservadora vivenciada no Brasil atual, vêm revelando novas dificuldades no exercício de cidadania. Após a afirmação de políticas públicas de grupos minoritários nos espaços e relações de poder nas últimas décadas, experienciamos a possibilidade de supressão de direitos conquistados. Carrara, França e Simões (2018), descrevem estarmos sob ataques e respostas ordenadas contra as conquistas de políticas públicas e da jurisprudência que oportunizaram transformações sociais para mulheres e a população LGBT.

As inflexões perpassadas no exercício de direitos da população LGBT é o que Carrara (2016) definiria como um processo conflituoso de cidadanização, o autor entende o conceito da expressão como um abrangente projeto de materialização social e política, por parte de grupos marginalizados que passam a ser reconhecidos pelo Estado como sujeito de direitos.

Ademais, alicerçado nas conquistas e marcos legais do movimento LGBT, novas incitações serão postas aos ativistas LGBTIQ. Entre essas questões, Colling (2011) apontam que as problematizações do ativismo queer com conceito crítico convida as identidades fixas a

novos desafios, não como uma forma de extermínio dessas fixas identidades, mas, como estimulação a uma consistente revisão política e teórica na possibilidade de estimular uma nova forma de indagação da ordem cultural e social.

Na demanda por acesso a direitos e o estabelecimento do movimento social LGBT, elaborou-se no decorrer do tempo, a necessidade da afirmação de uma identidade homossexual. E, por algum tempo pensou-se nessa identidade homossexual como uma identidade fixa e universal necessária para alcançar direitos, mas, que invisibilizava parte dos sujeitos do movimento LGBT que não se viam como como homossexuais ou que vivenciavam sua homossexualidade fora dos padrões fixos das identidades.

Parte das críticas pautadas nas identidades fixas que guiam o reconhecimento de direitos mobilizados pelo movimento LGBT é forjada na ideia da igualdade da homossexualidade a heterossexualidade, e que os direitos requeridos tem base em um sistema heteronormativo, onde pauta-se uma vida monogâmica, com união civil, filhos e que não rompe com a subalternização dessas "minorias".

Tais fatos, tornam-se ainda relevantes os estudos no campo das Políticas Públicas em Direitos Humanos visando uma perspectiva de fortalecimento de proteção a dignidade humana relacionando-a com a garantia da igualdade na diversidade, o respeito a livre orientação sexual e de identidade de gênero na laicidade estatal, estabelecendo então, estratégias de fortalecimento dos direitos da população LGBTQI+ dando alicerce para a construção de uma sociedade mais justa, livre e fraterna.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Movimento LGBT, Conservadorismo, Rio Sem Homofobia, Centro de Cidadania LGBT.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 119-171.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARRARA, Sérgio. **A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil**. Caderno Pagu. Prazeres e Perigos: 30 anos de debate. Campinas: SP. Ano 47, 2016, p. 1-38.

FACCHINI, Regina; SIVORI, Horácio. **Conservadorismo, direitos, moralidades e violência**: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. Cad. Pagu, Campinas, n. 50, e175000, 2017.

GREEN, James Valor. **Mais amor e mais tesão**: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu. V.15, p.271-295, 2000a.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado – pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (orgs). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009.

MISKOLCI, R. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Editora Devires, 2017.